

EVIDENCIAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS PELA METODOLOGIA DO COSO: UM ESTUDO NOS RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS

DISCLOSURE OF RISK MANAGEMENT BY THE COSO'S METHODOLOGY: A STUDY ON THE ADMINISTRATION REPORTS OF BRAZILIAN COMPANIES

VINÍCIUS COSTA DA SILVA ZONATTO
ILSE MARIA BEUREN

Resumo:

O estudo objetiva analisar os níveis de evidenciação da gestão de riscos pela metodologia do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso) nos relatórios da administração de empresas brasileiras. Uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa foi realizada nos relatórios da administração de 28 empresas brasileiras com American Depositary Receipts (ADRs) na New York Stock Exchange (Nyse), classificando-os quanto à amplitude da evidenciação da gestão de riscos. Os resultados da pesquisa mostram que 14,29% das empresas pesquisadas não apresentam informações referentes à gestão de riscos. Das empresas com informações evidenciadas, 25% tiveram seus relatórios da administração classificados como informação incompleta longa, 25% como informação incompleta média e 35,71% como informação incompleta curta. Conclui-se que os níveis de evidenciação das características básicas recomendadas pelo Coso são baixos nos relatórios da administração pesquisados.

Palavras-chave: Evidenciação. Gestão de riscos do COSO. Relatórios da administração.

Abstract: *The study aims to examine the disclosure levels of risk management by the Coso's methodology in the administration reports of Brazilian companies. A descriptive research with quantitative approach was performed on the administration reports of 28 Brazilian companies with American Depositary Receipts (ADRs) in the New York Stock Exchange (Nyse), classifying them according to the length of the risk management disclosure. The survey results show that 14.29% of the companies surveyed do not disclose information about risk management. Out of the companies with disclosed information, 25% had their administration reports classified as incomplete long information, 25% as incomplete medium information and 35.71% as incomplete short information. It is concluded that the disclosure levels of basic characteristics recommended by the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso) are low in the administration reports researched.*

Keywords: *Disclosure. Risk management of COSO. Administration reports.*

1 INTRODUÇÃO

Crises, como a recessão do mercado imobiliário norte-americano, afetam bolsas de valores do mundo inteiro, ocasionando perdas a vários investidores. O reflexo do desempenho de um determinado setor de atividade econômica afeta o contexto econômico mundial. Porter (1991) afirma que, em uma economia globalizada, o mercado determina o alcance das organizações. Sua adaptabilidade e seu crescimento nesse

VINÍCIUS COSTA DA SILVA
ZONATTO

DOUTORANDO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE
BLUMENAU (FURB).
(viniciuszonatto@gmail.com).

ILSE MARIA BEUREN

DOUTORA EM CONTROLADORIA E
CONTABILIDADE PELA FACULDADE
DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE (FEA) DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO (USP). PROFESSORA DA
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
(FURB).
(ilse@furb.br).

mercado estão vinculados a sua capacidade de adaptação e de sua inserção nesses mercados.

A gestão de riscos nas organizações tem o intuito de contribuir no momento de estabelecer objetivos e de visualizar cenários, oportunizando aos gestores identificar em determinado risco tanto uma ameaça, quanto uma oportunidade. Para o Coso (2004), a gestão de riscos é fundamental em qualquer organização.

O modelo Coso (2004), foco deste estudo, apresenta uma sequência de eventos que permitem a implantação de uma gestão baseada em riscos. Nesse modelo, a empresa gerencia suas atividades de acordo com os ambientes definidos para o controle das atividades. O foco principal está relacionado ao alcance dos objetivos da empresa.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2007), é responsabilidade dos administradores da entidade prever eventos que possam prejudicar seu desempenho. A perenidade das organizações não traz apenas benefícios econômicos a seus investidores, mas também de cunho social, existindo assim uma preocupação constante por parte da sociedade.

No que se refere ao contexto de aplicação do presente estudo, nas empresas brasileiras com American Depositary Receipts (ADRs) na New York Stock Exchange (Nyse), a gestão de riscos é obrigatória e fundamental para a administração do risco dos negócios. A forma de mitigar os riscos e a evidenciação da gestão dos riscos demonstram a profissionalização da administração dos negócios da empresa e contribuem para promover maior credibilidade junto aos investidores.

Com base no exposto, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: qual o nível de evidenciação da gestão de riscos pela metodologia do Coso nos relatórios da administração de empresas brasileiras? Nesse contexto, o estudo objetiva analisar os níveis de evidenciação da gestão de riscos pela metodologia do Coso nos relatórios da administração de empresas brasileiras, classificando-os quanto a amplitude da divulgação das informações pertinentes.

Um instrumento para a evidenciação da gestão de riscos que as empresas têm à disposição é o relatório da administração, legalmente amparado pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, bem como o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011). O relatório da administração é um meio para reportar as informações relativas à empresa, tanto ao seu público interno quanto ao externo.

2 CONCEITUAÇÃO DE RISCOS

Muito se tem discutido a respeito de uma definição para riscos. Há autores, como Rocha e Belchior (2004), Bergamini Júnior (2005) e Zeno (2007), que apontam até mesmo as oportunidades como risco. Em alguns casos, as ameaças acabam se transformando em oportunidades, que, se aproveitadas, poderão agregar valor à organização. Consta no documento do Coso (2004) que risco é tudo aquilo que foge ao planejado pela empresa.

O risco é uma opção nas ações tomadas, as quais dependem do grau de liberdade de opção do gestor. Spira e Page (2003) explicam que o conceito de risco é fundamental para a governança corporativa e está imbricado com a ideia de controle interno. Para os autores, o risco é fundamental para a atividade empresarial.

O termo risco, conforme o IBGC (2007, p. 11), é “[...] proveniente da palavra *risicu* ou *riscu*, em latim, que significa ousar (*to dare*, em inglês)”. Ressalta ainda que “[...] seu conceito atual envolve a quantificação e qualificação da incerteza, tanto no que diz respeito às ‘perdas’ como aos ‘ganhos’, com relação ao rumo dos acontecimentos planejados, seja por indivíduos, seja por organizações”.

Risco, de acordo com Paxson e Wood (1998 p. 159),

[...] pode simplesmente ser definido como exposição à mudança. É a probabilidade de que algum evento futuro ou um conjunto de eventos ocorra. Portanto, a análise do risco envolve a identificação de mudanças potenciais adversas e do impacto esperado como resultado na organização.

Tendo em vista que os riscos não tratados podem ocasionar perdas para as organizações, esses devem ser monitorados constantemente e com cautela. Gerenciar riscos significa gerenciar possibilidade de perdas ou redução de lucros. Muitas vezes, por sua complexidade, ou pela complexidade das atividades da empresa, os riscos exigem que as organizações invistam em sofisticados sistemas de gestão dos riscos.

Os sistemas de gestão de riscos são desenvolvidos sob algum modelo de gestão utilizado pela empresa. Esse modelo estabelece os ambientes de controle, que serão monitorados por meio do sistema desenvolvido para a gestão de riscos. Jorion (1997, p. 4) define o gerenciamento de risco como “[...] o processo pelo qual várias exposições são identificadas, mensuradas e controladas”.

Moeller (2007) afirma que o gerenciamento de risco torna-se importante na medida em que contribui com a melhoria do ambiente de controle interno na organização. Depreende-se que a gestão de riscos não está voltada à eliminação de riscos, e sim, a sua identificação, mensuração e controle. O autor adverte que uma adequada estrutura de controle na organização pode proporcionar aos gestores melhores condições para avaliar a que riscos a empresa está exposta.

A gestão baseada em riscos requer a avaliação prévia dos objetivos da empresa frente aos ambientes interno e externo, bem como eventuais probabilidades de ocorrências que possam prejudicar o desempenho da empresa e o alcance de seus objetivos (SILVA, 2005). Para que o gestor possa gerenciar riscos, é necessário o estabelecimento de um ambiente de controle. Estratégias são definidas, mapas podem ser criados, mas é necessário um modelo que norteie a gestão de riscos na organização.

3 MODELOS DE GESTÃO DE RISCOS

De acordo com o IBGC (2007), o gerenciamento de riscos corporativos contribui para a perenidade da organização, devendo atender a seus objetivos estatutários e estratégicos. Assim sendo,

[...] o Conselho de Administração deve assegurar-se de que a Diretoria identifique e liste preventivamente os principais riscos aos quais a sociedade está exposta, sua probabilidade de ocorrência, bem como as medidas e os planos adotados para sua prevenção ou minimização (IBGC, 2007, p. 10).

Partindo dessa premissa, ou seja, da necessidade de controle frente aos fatores internos e externos que influenciam as atividades operacionais e estratégicas da empresa e da utilização de um modelo adequado para a gestão de riscos nas organizações, o qual delimitará a necessidade de atividades de controle na empresa, torna-se relevante o estudo sobre os modelos existentes de gerenciamento de riscos corporativos.

De acordo com Maia et al. (2005), os modelos existentes mais aceitos para o gerenciamento de riscos corporativos e controle interno no mundo são os seguintes: Coso, CoCo, Turnbull Report e King Report. A seguir, apresentam-se as principais características expostas por Maia et al. (2005) para cada modelo.

a) Criteria of Control Committee of Canadian Institute of Chartered Accountants (CoCo) (Critérios de Controle do Instituto de Contadores do Canadá)

Neste modelo, os valores comportamentais são tidos como a base fundamental para a implantação de controle interno nas organizações. Não há preocupação com estruturas de controle, mas sim, com os indivíduos. Maia et al. (2005) explicam que, para o CoCo, os aspectos que devem ser considerados na elaboração de um sistema de controle interno são os objetivos da empresa, o compromisso de todos os colaboradores com a organização, a potencialidade desses colaboradores em agregar valor à empresa e um processo constante de monitoramento e aprendizagem, que servirá de base para o acompanhamento das novas necessidades identificadas a partir dos ambientes interno e externo à empresa.

b) Committee on Corporate Governance of the Institute of Chartered Accountants in England & Wales (Turnbull Report) (Código Combinado de Governança Corporativa do Instituto de Contabilistas Certificados da Inglaterra)

O *Turnbull Report* é um código de boas práticas de governança corporativa, aprovado pela Bolsa de Valores de Londres, que estabelece diretrizes de orientação para os controles internos. Esse código recomenda, conforme Maia et al. (2005, p. 59), “a adoção de um adequado sistema de controle interno, baseado nos riscos do negócio. A gestão apenas dos controles internos financeiros é insuficiente. Devem ser observados também riscos de proteção dos ativos e dos acionistas para um ambiente de sucesso”. Nesse modelo, os autores explicam ainda que a estrutura considerada adequada ao bom funcionamento dos controles internos da empresa deve estar alinhada às operações e não ser tratada como uma iniciativa isolada, deve ser capaz de identificar os riscos dentro e fora da empresa e deve permitir a cada empresa aplicar o sistema de uma maneira apropriada e relacionada a seus riscos.

c) *King Committee on Corporate Governance (King Report)* (Comitê de Governança Corporativa da África do Sul)

O King Report foi desenvolvido a fim de estabelecer elevados padrões de governança corporativa na África do Sul. “O *King Report* ultrapassa os aspectos financeiros e reguladores usuais de governança corporativa, direcionando também as questões sociais, éticas e ambientais” (MAIA et al., 2005, p. 59). A versão atual do modelo, adaptada às exigências da SOX em 2002, reconhece outros meios que podem proporcionar ganhos aos acionistas da organização e destacam as questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, questões de cunho social e questões relacionadas ao meio ambiente em que a empresa está inserida. Nesse caso, o foco do sistema de controle interno da empresa deve voltar-se à diminuição dos riscos e ao alcance dos objetivos.

d) *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso)* (Comitê das Organizações Patrocinadoras).

O Coso atua nos Estados Unidos. É uma entidade sem fins lucrativos, estabelecida em New York, que desenvolve ações visando à melhoria das demonstrações financeiras das organizações. Seu principal enfoque são os controles internos. Esse modelo atua no estabelecimento de uma sequência de eventos que deverão determinar os níveis de controles necessários às atividades da empresa. Esses controles estão diretamente relacionados aos objetivos da empresa. De acordo com o Coso (2004), é necessário ao gestor observar a inter-relação entre os objetivos da empresa, seus elementos (ambientes de controle) e sua abrangência. Os ambientes destacados pelo

Coso no documento do Enterprise Risk Management (ERM) - Integrated Framework (2004) são os seguintes: ambiente de controle, definição de objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, resposta ao risco, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Denota-se que os modelos apresentados foram desenvolvidos para tornar efetivo o gerenciamento de riscos nas organizações. O enfoque principal dado pelos modelos à gestão de riscos diz respeito aos controles internos da empresa e todos buscam a continuidade dos negócios. Maia et al. (2005) citam que os valores comportamentais são a base dos controles internos adotados em quase todos os modelos, exceto no CoCo, que estabelece como fatores-chave a estruturação de controles internos, os objetivos da empresa, o compromisso, a potencialidade, o monitoramento e a aprendizagem dos processos.

O modelo utilizado neste estudo para a delimitação dos riscos existentes e os controles necessários ao gerenciamento das atividades das empresas pesquisadas é o Coso. A escolha desse modelo deve-se ao fato dele ser aceito por auditores do mundo todo, sendo considerado referência em controles internos (SANTOS; VASCONCELOS; TRIBOLET, 2007).

4 O MODELO COSO (2004)

Os modelos de gestão de riscos foram desenvolvidos para auxiliarem os gestores das organizações na definição dos ambientes de controle da empresa. O modelo Coso apresenta-se como uma das alternativas para o estabelecimento de uma sequência de eventos, que devem ser observados na gestão de riscos das organizações.

Criado em 1992, o Coso surgiu da preocupação de algumas entidades norte-americanas com as fraudes em

demonstrações contábeis. Seu principal foco é o controle interno das organizações. Segundo Santos, Vasconcelos e Tribolet (2007), o modelo Coso é aceito mundialmente por auditores, por atuar diretamente nos ambientes de controle das atividades da entidade e, por consequência, preocupar-se com o alcance dos seus objetivos.

O Coso é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética e da efetividade dos controles internos e governança corporativa, cujo objetivo é auxiliar as entidades empresariais e demais organizações a avaliar e aprimorar seus sistemas de controle interno (COSO, 2004). A entidade propõe que o controle interno seja um processo que se torna efetivo através das pessoas. Esse processo deve assegurar com razoável grau de segurança os objetivos de economia e eficiência, incluindo o alcance de *performance* e segurança dos ativos contra perdas e veracidade das informações financeiras e conformidade com as normas e legislações locais.

Em setembro de 2004, o Coso publicou um novo texto, o Enterprise Risk Management (ERM) - Integrated Framework, caracterizando-o como uma expansão da visão dos controles internos, que tem como objetivo oferecer uma visão mais robusta e extensiva da gestão de riscos nas empresas. O ERM, ou simplesmente modelo Coso, estabelece uma sequência de eventos para a gestão de processos em ambiente de controle, de modo que os gestores das organizações levem em consideração os riscos a que as empresas estão expostas, bem como avaliem quais os controles necessários para o gerenciamento desses riscos e, por sua vez, encontram-se ativos (COSO, 2004).

No Quadro 1, apresentam-se as finalidades do gerenciamento de riscos corporativos, de acordo com o Coso (2004).

Alinhar a predisposição ao risco com a estratégia adotada: os administradores avaliam a predisposição ao risco da organização ao analisar as estratégias, definindo os objetivos a elas relacionados e desenvolvendo mecanismos para gerenciar esses riscos. Fortalecer as decisões em resposta aos riscos: o gerenciamento de riscos corporativos possibilita o rigor na identificação e na seleção de alternativas de respostas aos riscos como evitar, reduzir, compartilhar ou aceitar os riscos. Reduzir as surpresas e prejuízos operacionais: as organizações adquirem melhor capacidade para identificar eventos em potencial e estabelecer respostas a eles, reduzindo surpresas e custos ou prejuízos associados.	Identificar e administrar riscos múltiplos e entre empreendimentos: toda organização enfrenta uma gama de riscos que podem afetar diferentes áreas da organização. A gestão de riscos corporativos possibilita uma resposta eficaz a impactos inter-relacionados e, também, respostas integradas aos diversos riscos. Aproveitar oportunidades: pelo fato de considerar todos os eventos em potencial, a organização posiciona-se para identificar e aproveitar as oportunidades de forma proativa. Otimizar o capital: a obtenção de informações adequadas a respeito de riscos possibilita à administração conduzir uma avaliação eficaz das necessidades de capital como um todo e aprimorar a alocação desse capital.
---	---

Quadro 1 - Finalidades do gerenciamento de riscos corporativos do Coso (2004)

Fonte: Adaptado do Coso (2004, p. 9).

Observa-se no Quadro 1 que a finalidade principal do Coso é a identificação e administração dos riscos, de forma que não interfiram no alcance dos objetivos da empresa. Os administradores da organização passam a identificar oportunidades mediante a avaliação dos riscos a que está exposta, buscando a otimização do seu capital investido.

O Coso (2004) estabelece uma sequência de eventos, que contempla oito ambientes diferentes a serem analisados numa organização, o que torna possível ao gestor identificar, avaliar e monitorar os riscos a que a empresa está exposta de maneira constante, acompanhando assim sua evolução. Na primeira edição (1992), o Coso estabelecia cinco ambientes inter-relacionados de controle. Com a publicação do ERM (2004), esses ambientes foram ampliados para oito componentes, demonstrados no Quadro 2.

Componentes do Gerenciamento de Riscos Corporativos no Coso (2004)	
Ambiente interno A administração estabelece uma filosofia quanto ao tratamento de riscos e estabelece um limite de predisposição ao risco. O ambiente interno determina os conceitos básicos sobre a forma como os riscos e os controles serão vistos e abordados pelos empregados da organização. O cerne de toda organização fundamenta-se em seu corpo de empregados, isto é, nos atributos individuais, inclusive na integridade, nos valores éticos e na competência e, também, no ambiente em que atuam.	Resposta a risco Os empregados identificam e avaliam as possíveis respostas aos riscos: evitar, aceitar, reduzir ou compartilhar. A administração seleciona o conjunto de ações destinadas a alinhar os riscos às respectivas tolerâncias e à predisposição ao risco.
Fixação de objetivos Os objetivos devem existir antes que a administração identifique as situações em potencial que poderão afetar a sua realização. O gerenciamento de riscos corporativos assegura que a administração adote um processo para estabelecer objetivos e que os escolhidos propiciem suporte, alinhem-se com a missão da organização e sejam compatíveis com a predisposição ao risco.	Atividades de controle Políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos selecionados pela administração sejam executadas com eficácia.
Identificação de eventos Os eventos em potencial que podem impactar a organização devem ser identificados, uma vez que esses possíveis eventos, gerados por fontes internas ou externas, afetam a realização dos objetivos. Durante o processo de identificação de eventos, estes poderão ser diferenciados em riscos, oportunidades, ou em ambos. As oportunidades são canalizadas à alta administração, que definirá as estratégias ou os objetivos.	Informações e comunicações A forma e o prazo em que as informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas permitem que as pessoas cumpram com suas atribuições. Para identificar, avaliar e responder ao risco, a organização necessita das informações em todos os níveis hierárquicos. A comunicação eficaz ocorre quando esta flui na organização em todas as direções e quando os empregados recebem informações claras quanto as suas funções e responsabilidades.
Avaliação de riscos Os riscos identificados são analisados com a finalidade de determinar a forma como serão administrados e, depois, serão associados aos objetivos que podem influenciar. Avaliam-se os riscos considerando seus efeitos inerentes e residuais, bem como sua probabilidade e seu impacto.	Monitoramento A integridade do processo de gerenciamento de riscos corporativos é monitorada e as modificações necessárias são realizadas. Desse modo, a organização poderá reagir ativamente e mudar segundo as circunstâncias. O monitoramento é realizado por meio de atividades gerenciais contínuas, avaliações independentes ou pela combinação desses dois procedimentos.

Quadro 2 - Componentes do gerenciamento de riscos corporativos no Coso (2004)

Fonte: Coso (2004, p. 22).

Como se pode observar no Quadro 2, o gerenciamento de riscos corporativos está relacionado com a estrutura das atividades específicas de cada organização. Os ambientes de controle e, por consequência, o controle das atividades poderão diferir de uma empresa para outra, por dependerem do perfil do administrador, da estrutura da organização ou das peculiaridades da atividade das empresas.

Somente após a estruturação do sistema de gestão de riscos da organização, na qual já estão definidas as atividades de controle da entidade, é que os gestores escolhem os instrumentos de controle que melhor lhes convierem para o gerenciamento dos riscos a que a empresa está exposta. Nesse momento, a organização passa a ter parâmetros de controle sobre suas atividades, que auxiliarão os gestores no processo decisório.

A estrutura apresentada pelo Coso (2004) é recomendada às empresas dos Estados Unidos, pela Lei Sarbanes-Oxley de 2002, bem como às empresas brasileiras com ADRs (SOUZA et al., 2011). A evidenciação pelas empresas parece ser uma decorrência natural por incluir tanto os controles internos da entidade, quanto os cuidados com a divulgação de informações pertinentes ao ambiente externo da empresa.

5 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa é um procedimento formal, como método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. As pesquisas são classificadas conforme os critérios adotados e os objetivos estabelecidos. Neste estudo, realizou-se uma pesquisa descritiva por meio de análise de documentos e abordagem quantitativa do problema. A natureza descritiva do estudo decorre do propósito de se descrever os níveis de evidenciação da gestão de riscos pela metodologia do Coso de empresas brasileiras.

A população do estudo compreende as empresas brasileiras com emissão de ADRs na Nyse. Inicialmente, identificaram-se no *site* da Nyse as empresas brasileiras emittentes de ADRs. Assim, a população do estudo é representada por 32 empresas brasileiras com ADRs. Na sequência, do *site* da Nyse foram extraídas as informações relativas às características das empresas. Nessa etapa da pesquisa excluiu-se uma empresa, a Ultrapar Participações S.A., pelo fato das informações a ela relacionadas não estarem disponíveis.

No estudo também foram descartadas as empresas que iniciaram a emissão de ADRs a partir de 2007, presumindo que não possuem histórico de gestão de riscos. Assim, foram excluídas duas empresas, a Cosan Ltda. e a Gafisa S.A. Também foi excluída a empresa Petrobrás, Petróleo Brasileiro S.A., pelo fato do arquivo do relatório da administração da empresa, disponibilizado no *site* da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), estar corrompido. Portanto, a amostra da pesquisa resultou em 28 empresas brasileiras que emitiram ADRs antes de 2007. Logo, a amostra escolhida para a realização desta pesquisa é uma amostra intencional, ou seja, não probabilística.

A etapa seguinte da pesquisa consistiu em capturar no *site* da Bovespa os relatórios da administração dessas empresas, referentes ao exercício de 2007. Foram obtidos com êxito os relatórios de administração das 28 empresas que compõem a amostra da pesquisa. Portanto, esta pesquisa caracteriza-se como documental, alinhando-se com o que preceitua Gil (2002, p. 45), pois os dados baseiam-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico.

Para a realização da análise de conteúdo dos relatórios de administração das empresas pesquisadas, definiu-se a categoria de riscos para a realização do estudo proposto. Nesse sentido, primeiramente definiu-se a frase como unidade de análise do contexto. Cita-se como exemplo de frase de evidenciação da gestão de riscos em ambientes do Coso: “A Companhia mantém uma área de Gestão de Riscos responsável por coordenar o processo e disseminar a cultura do gerenciamento de riscos em todos os níveis internos” (ARACRUZ, 2007).

De acordo com Freitas, Cunha Júnior e Moscarola (1997, p. 8), a frase caracteriza-se como unidade de contexto, “[...] por ser mais sutil e flexível do que a unidade de registro e não se ampara em quantificação rigorosa. Trata-se de segmento mais amplo de conteúdo, ao qual se refere quando se deseja compreender a unidade de registro”. Para a realização deste estudo, considerou-se como unidade de registro o termo e como unidade de contexto a frase.

Os níveis de classificação dos RAs (Relatórios da Administração) das empresas pesquisadas para a evidenciação da gestão de riscos foram estabelecidos mediante a identificação de características básicas recomendadas pela metodologia do Coso (2004), quanto à observância dos administradores ao sistema de controle interno e gerenciamento de riscos corporativos. Propôs-se a classificação para a evidenciação da gestão de riscos nos RA exposta no Quadro 3.

Classificação	Parâmetros Considerados
Informação Completa Longa – ICL	De 91% a 100%
Informação Completa Média – ICM	De 81% a 90,99%
Informação Completa Curta – ICC	De 71% a 80,99%
Informação Incompleta Longa – IIL	De 47,66% a 70,99%
Informação Incompleta Média – IIM	De 24,32% a 47,65%
Informação Incompleta Curta – IIC	De 01% a 24,31%
Informação Inexistente – II	-

Quadro 3 - Classificação dos RAs quanto à evidenciação da gestão de riscos previstos no Coso

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se observa no Quadro 3, foi considerado um relatório completo quanto à evidenciação da gestão de riscos, aquele que possui a evidenciação de pelo menos 71% das características básicas recomendadas (ou estabelecidas) pelo Coso. A subdivisão da classificação das informações consideradas completas em informação completa longa, completa média ou completa curta ocorreu por meio da variação decimal de 10% (um terço do total, ou seja, 30%).

No que se refere à classificação dos RAs quanto à evidenciação da gestão de riscos, com resultados obtidos inferiores à classificação proposta para os relatórios considerados completos (abaixo de 71%), utilizou-se a denominação (classificação) de informação incompleta. Para a subdivisão da classificação das informações consideradas incompletas em informação incompleta longa, incompleta média ou incompleta curta, a variação proposta também foi estabelecida por meio da variação decimal, na proporção de um terço.

Destaca-se que a classificação proposta no referido estudo é intencional. Com relação ao estabelecimento das características básicas dos ambientes de controle observadas nos relatórios pesquisados, essas foram definidas mediante as recomendações do ERM do Coso (2004), para a gestão de riscos em ambientes de controle. Foram definidas as características básicas para cada ambiente conforme o Quadro 4.

Características básicas observadas	Variáveis consideradas
1. Ambiente interno (ou de controle)	
1.1 Estrutura formalmente definida	Estrutura organizacional, conselho de administração.
1.2 Política de controle interno	Integridade, valores éticos, atribuição de autoridade e responsabilidade.
1.3 Política de gestão de riscos	Filosofia de gerenciamento de riscos, predisposição a riscos.
1.4 Política de gestão de pessoas	Normas de recursos humanos, compromisso com a competência.
2. Definição (ou fixação) de objetivos	
2.1 Objetivos estratégicos	Administração de riscos como uma estratégia de negócio da empresa.
2.2 Objetivos de conformidade	Objetivos de atendimento a questões legais e de conformidade.
2.3 Objetivos de relatórios	Objetivos de gestão das informações do negócio da empresa.
2.4 Objetivos de operações	Objetivos de eficiência e eficácia das operações da empresa.
3. Identificação de riscos	
3.1 Riscos estratégicos	
3.2 Riscos de mercado	
3.3 Riscos de crédito	
3.4 Riscos de liquidez	
3.5 Riscos operacionais	
3.6 Riscos legais	

(continua...)

(conclusão...)

Características básicas observadas	Variáveis consideradas
3. Identificação de riscos	
3.7 Riscos de imagem	
3.8 Riscos financeiros	
3.9 Outros riscos (especificar)	
4. Avaliação de riscos	
4.1 Evidenciação da avaliação de riscos inerentes e/ou riscos residuais	Abordagem de riscos em inerentes e/ou residuais.
4.2 Evidenciação da probabilidade e/ou impacto	Estimativa de probabilidade de ocorrência e/ou impacto dos riscos a que a entidade esta exposta.
4.3 Comparação com <i>Benchmarking</i>	Abordagem comparativa com resultados de outras empresas do setor.
4.4 Utilização de modelos probabilísticos	Valor em risco (<i>Value-At-Risk</i> ou VAR), fluxo de caixa em risco, receitas em risco e distribuições de prejuízo operacional e de crédito.
4.5 Utilização de modelos não probabilísticos	Medições de sensibilidade, testes de estresse e análises de cenários.
5. Resposta aos riscos	
5.1 Evitar	Abordagem de formas como a empresa evita riscos.
5.2 Reduzir	Abordagem de formas como a empresa reduz riscos.
5.3 Compartilhar	Abordagem de formas como a empresa compartilha riscos.
5.4 Aceitar	Abordagem de formas como a empresa aceita riscos.
6. Atividades de controle	
6.1 Administração funcional direta ou de atividade	Monitoramento direto de atividades, acompanhamento de recomendações, auditoria de processos e operações.
6.2 Processamento da informação	Atividades de avaliação/controle das informações geradas na empresa.
6.3 Liberação de acessos	Segregação de funções.
6.4 Revisão de procedimentos	Avaliação de processos, controles, normas e procedimentos internos.
6.5 Controles físicos	Modelos de gestão, sistemas de gestão.
6.6 Indicadores de desempenho	Avaliação de desempenho, indicadores financeiros.
7. Informação e comunicação	
7.1 Diretivas de informação	Geração da informação, análise e delegação de responsabilidades.
7.2 Responsável pela informação	Unidade responsável pela geração e administração das informações.
7.3 Diretivas de comunicação	Acompanhamento, análise, aprovação e divulgação das informações.
7.4 Responsável pela divulgação	Unidade responsável pela divulgação das informações.
7.5 Informações divulgadas	Informações, notas divulgadas, notícias.
8. Monitoramento	
8.1 Atividades de monitoramento	Ações de monitoramento de atividades.
8.2 Avaliações independentes	Avaliação externa ou independente.
8.3 Relatos de deficiência	Evidenciação de situações de risco.
8.4 Responsável pelo monitoramento	Unidade responsável pelo monitoramento das atividades.

Quadro 4 - Variáveis consideradas nos termos de evidenciação da gestão de riscos do Coso por ambiente

Fonte: Elaborado pelos autores.

As características básicas apresentadas no Quadro 4 consideram os oito ambientes de controle estabelecidos pelo Coso. O ambiente de identificação de riscos é o único que não apresenta tipos de riscos especificamente, apenas recomenda a identificação de todos os eventos em potencial na organização. Para a realização da pesquisa, utilizaram-se as categorias de riscos: estratégicos, de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, legais, de imagem e financeiros. Também se buscou identificar a evidenciação de outros riscos específicos divulgados por essas empresas.

Os RAs que contemplam estas informações foram considerados completos em relação ao nível de evidenciação da gestão de riscos previstos no Coso. Para tanto, fez-se uma quantificação dessas informações em termos percentuais. A abordagem quantitativa, conforme Richardson (1989, p. 29), “[...] caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas”.

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresentam-se a classificação dos RAs quanto à amplitude da evidenciação da gestão dos riscos e a classificação final dos relatórios de administração quanto à evidenciação total da gestão de riscos previstos no Coso.

6.1 CLASSIFICAÇÃO DOS RA QUANTO À AMPLITUDE DA EVIDENCIAÇÃO DA GESTÃO DOS RISCOS

Neste tópico, analisam-se as informações das empresas nos oito ambientes de controle estabelecidos pelo Coso separadamente. Classificaram-se os RAs considerando-se a evidenciação das informações mínimas recomenda-

das pelo Coso, de acordo com o nível de evidenciação das informações individuais de cada empresa e, após, a evidenciação total dos termos por parte das empresas.

A classificação adotada para o enquadramento dos RA das empresas pesquisadas é a seguinte: Informação Completa Longa (ICL), Informação Completa Média (ICM), Informação Completa Curta (ICC), Informação Incompleta Longa (IIL), Informação Incompleta Média (IIM), Informação Incompleta Curta (IIC), Informação Inexistente (II).

6.1.1 Ambiente interno (ou de controle)

Inicia-se a análise proposta considerando o ambiente interno ou de controle estabelecido pelo Coso. Com relação ao ambiente interno ou de controle estabelecido pelo Coso, quatro características informacionais devem ser observadas pelas empresas nesse ambiente: estrutura formalmente definida, política de controle interno, política de gestão de riscos e política de gestão de recursos humanos.

As empresas que evidenciam com maior ênfase as informações relativas ao ambiente de controle são: Brasil Telecom, Brasil Telecom Participações, Bradesco, Cemig e Itaú, com três das características descritas em cada empresa. Com duas das características pesquisadas, encontram-se as empresas Aracruz, CPFL, CSN, Embraer, Tele Norte, Telemig e Unibanco. Constam com uma característica evidenciada os RAs das seguintes empresas: Gol, Sabesp e TAM. Não foram identificadas características informacionais de ambiente de controle nos relatórios de administração das empresas Ambev, Braskem, CBD, Gerdau, Perdigão, Sadia, Telebrás, Telesp, TIM, Vale, Vivo e Votorantin.

A Tabela 1 apresenta a síntese da classificação dos RAs, com relação às características informacionais recomendadas para ambiente interno (ou de controle).

Tabela 1- Classificação dos RAs quanto à amplitude - ambiente interno (ou de controle)

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa	-	-
Informação Completa Média	-	-
Informação Completa Curta	05	17,86%
Informação Incompleta Longa	08	28,57%
Informação Incompleta Média	03	10,71%
Informação Incompleta Curta	-	-
Informação Inexistente	12	42,86%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 1 que a principal classificação quanto à evidenciação de características em ambiente de controle é de informação inexistente. Das 28 empresas pesquisadas, 12 (42,86%) não apresentam evidenciação de tais características em ambiente de controle. A segunda classificação predominante das informações para ambiente de controle nos RAs é de informação incompleta longa, com oito observações (28,57%).

Outro fator de destaque é que apenas cinco empresas (17,86%) evidenciam informações classificadas em seus RAs como completas, porém curtas. As demais três empresas constam com informação incompleta média. Se excluídas as empresas que não apresentam características informacionais do ambiente de controle do Coso, 11 empresas (39,28%) apresentam informações classificadas como incompletas para esse ambiente em seus RAs.

6.1.2 Definição (ou fixação) de objetivos

A definição de objetivos alinha as estratégias da empresa à gestão de riscos da organização, bem como sua tolerância aos riscos. O ambiente de definição de objetivos do Coso apresenta quatro objetivos básicos em uma organização:

objetivos estratégicos, objetivos de conformidade, objetivos de relatórios e objetivos de operações.

Nenhuma empresa pesquisada apresenta o total de características básicas de objetivos estabelecidos pelo Coso, relacionados à gestão de riscos nas organizações. A CSN apresenta o maior número de objetivos evidenciados nos RAs pesquisados, com três características encontradas. Destacam-se ainda com duas características evidenciadas os RAs das empresas Brasil Telecom, Brasil Telecom Participações, Bradesco, Cemig, Copel, Itaú, Tele Norte e Telemig. Com uma característica apenas, constam as empresas Aracruz, CPFL, Embraer, Perdigão, Sabesp, Sadia, Unibanco e Vivo.

A Tabela 2 apresenta a síntese da classificação dos RAs, com relação às características informacionais básicas recomendadas para a definição de objetivos.

Tabela 2 - Classificação dos RAs quanto à amplitude - definição (ou fixação) de objetivos

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa	-	-
Informação Completa Média	-	-
Informação Completa Curta	01	3,57%
Informação Incompleta Longa	08	28,57%
Informação Incompleta Média	08	28,57%
Informação Incompleta Curta	-	-
Informação Inexistente	11	39,29%

Fonte: Dados da pesquisa.

No ambiente de definição de objetivos, a maioria dos RAs apresenta-se com informação inexistente, sendo que foram observados 11 (39,29%) RAs sem essas informações. No que concerne aos relatórios com observações de características básicas para definição de objetivos, foram encontradas três classificações finais nesse ambiente: ICC, IIL e IIM.

Destacam-se oito (28,57%) empresas com informações classificadas como incompletas longas e oito (28,57%) empresas classificadas com informações incompletas médias. Apenas uma empresa apresenta características que a classificam como RAs com informações completas curtas, quanto à definição de objetivos.

Excluídas as empresas que não apresentam características informacionais básicas recomendadas pelo Coso para esse ambiente, 17 empresas (60,71%) apresentam informações válidas na classificação proposta neste estudo, sendo que do total 16 (57,14%) empresas evidenciaram informações classificadas como incompletas.

6.1.3 Identificação de riscos

No processo de identificação de riscos, o Coso não prevê a categorização de riscos específicos. Apenas atenta para a necessidade de identificação de todos os eventos prováveis de ocorrência, não devendo a organização preo-

cupar-se nesse momento com sua avaliação. A avaliação deverá ser realizada a seguir, no próximo ambiente destacado pelo Coso, ou seja, no processo de avaliação de riscos.

Propôs-se para a realização deste estudo a evidênciação de oito categorias de riscos: riscos estratégicos, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, riscos operacionais, riscos legais, riscos de imagem e outros riscos. Este último foi adicionado devido ao fato de se esperar que algumas empresas evidenciem riscos específicos de suas atividades, o que se comprovou durante a realização do estudo. Porém, foi acrescentado ainda na pesquisa mais uma característica básica na identificação de riscos, uma vez que na análise documental constatou-se significativa abordagem dada por algumas empresas aos riscos financeiros.

A empresa que apresenta o maior número de características básicas pesquisadas é a Telemig, com sete (77,78%) dessas tipificações. A seguir, vêm as empresas Embraer e Sabesp, que apresentaram seis (66,67%) das características pesquisadas. Destacam-se ainda sete (55,56%) empresas que evidenciam cinco tipos de riscos pesquisados: Aracruz, Brasil Telecom, Brasil Telecom Participações, Cemig, Copel, Itaú e Perdigão. Não foram identificadas categorias de riscos nas seguintes empresas: Braskem, CBD, Gol, Sadia, TAM, Telesp, TIM e Votorantin.

A Tabela 3 apresenta a síntese da classificação dos RAs, com relação às características básicas no ambiente de identificação de riscos.

Tabela 3 - Classificação dos RAs quanto à amplitude - identificação de riscos

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa	-	-
Informação Completa Média	-	-
Informação Completa Curta	01	3,57%
Informação Incompleta Longa	09	32,14%
Informação Incompleta Média	06	21,44%
Informação Incompleta Curta	03	10,71%
Informação Inexistente	09	32,14%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 3 que as principais classificações quanto à evidenciação das características básicas pesquisadas em ambiente de identificação de riscos referem-se a informações incompletas longas e informações inexistentes. Das 28 empresas pesquisadas, nove (32,14%) apresentaram informações classificadas como incompletas longas. Do mesmo modo, nove (32,14%) não apresentaram evidenciação de tais características no ambiente de identificação de riscos.

A segunda classificação predominante das informações para identificação de riscos nos RAs é de informação incompleta média, com 21,44% das observações (seis empresas). Outro item de destaque é a classificação de três empresas (10,71%) na categoria de informação incompleta curta. Apenas uma (3,45%) empresa teve seus relatórios classificados como informação completa curta. Se excluídas as empresas que não apresentam características pesquisadas em identificação de riscos, 18 empresas (64,29%) apresentam informações classificadas como incompletas em seus RAs.

6.1.4 Avaliação de riscos

Na avaliação de riscos, a organização deverá se preocupar em verificar o impacto e a probabilidade de ocorrência dos eventos identificados anteriormente na organização. O processo de avaliação de riscos compreende cinco características básicas: evidenciação de termos relacionados à avaliação de riscos inerentes e/ou riscos residuais, evidenciação da probabilidade e/ou impacto, comparação com referências de mercado (*benchmarking*), utilização de modelos probabilísticos e utilização de modelos não probabilísticos.

As empresas que evidenciam com maior ênfase as informações relativas ao ambiente de controle são: Aracruz e Bradesco, com quatro das características descritas em cada empresa. Com três das características pesquisadas, encontram-se as empresas Cemig, Unibanco, Itaú e Vivo. Constam ainda seis empresas com duas características evidenciadas nos RAs: Brasil Telecom, Brasil Telecom Participações, Copel, Sabesp, Tele Norte e Vale. Não foram identificadas as características pesquisadas nos RAs das empresas CBD, CPFL, GOL, Gerdau, Sadia, TAM, TIM e Votorantim.

A Tabela 4 apresenta a síntese da classificação dos RAs com relação às características informacionais recomendadas para o ambiente de avaliação de riscos.

Tabela 4 - Classificação dos RAs quanto à amplitude - avaliação de riscos

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa	-	-
Informação Completa Média	-	-
Informação Completa Curta	02	7,14%
Informação Incompleta Longa	04	14,29%
Informação Incompleta Média	06	21,43%
Informação Incompleta Curta	08	28,57%
Informação Inexistente	08	28,57%

Fonte: Dados da pesquisa.

O ambiente de avaliação de riscos já apresenta mais informações a respeito da gestão de riscos do que os ambientes anteriores. Apenas oito (28,57%) dos RAs não apresentam qualquer informação sobre a avaliação de riscos das empresas pesquisadas. Por outro lado, das 28 empresas pesquisadas, 20 (71,43%) apresentam a evidenciação de algum termo desse ambiente, sendo os RAs classificados em ICC, IIL, IIM e IIC.

A classificação predominante dos RAs com informações válidas na pesquisa é a de informação incompleta curta, com oito (28,57%) observações. A seguir, evidencia-se a concentração de seis (21,43%) empresas na classificação de informação incompleta média e quatro (14,29%) com classificação de informação incompleta longa. Apenas duas empresas pesquisadas tiveram seus relatórios classificados como informação completa curta, quanto à evidenciação de características básicas de avaliação de riscos.

Percebe-se que dos 28 RAs pesquisados, 18 (64,29%) apresentam características informacionais incompletas quanto à evidenciação da gestão de riscos em ambiente de avaliação de riscos.

6.1.5 Resposta aos riscos

Esta etapa do processo de gerenciamento de riscos é a resposta ao risco. A organização decide como deve responder aos riscos a que está exposta, mas o Coso estabelece quatro características informacionais básicas: evitar, reduzir, compartilhar e aceitar.

A empresa Cemig apresenta todas as categorias de resposta aos riscos previstos pelo Coso. Apenas a Copel apresenta em seu RA três características informacionais básicas sobre a resposta aos riscos. Com duas características básicas identificadas, tem-se a concentração de cinco empresas: Aracruz, Bradesco, Embraer, Itaú e Tele Norte. Com uma característica informacional básica, destacam-se também as empresas Brasil Telecom, Brasil Telecom Participações, Perdigão, Sabesp, Sadia, Telemig, Unibanco, Vale e Vivo.

Não foram identificadas características informacionais de resposta ao risco nos relatórios de administração das empresas Ambev, Braskem, CBD, CPFL, CSN, Gol, Gerdau, TAM, Telebrás, Telesp, TIM e Votorantim.

A Tabela 5 apresenta a síntese da classificação dos RAs com relação às características informacionais recomendadas para o ambiente de resposta aos riscos.

Tabela 5 - Classificação dos RAs quanto à amplitude - resposta aos riscos

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa	01	3,57%
Informação Completa Média	-	-
Informação Completa Curta	01	3,57%
Informação Incompleta Longa	05	17,86%
Informação Incompleta Média	09	32,14%
Informação Incompleta Curta	-	-
Informação Inexistente	12	42,86%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, na Tabela 5, que a principal classificação quanto à evidenciação de características de resposta aos riscos refere-se à informação inexistente. Das 28 empresas pesquisadas, 12 empresas (42,86%) não apresentam evidenciação de tais características em ambiente de resposta aos riscos.

A segunda classificação predominante das informações relativas à resposta aos riscos evidenciadas nos RAs é de informação incompleta média, com 32,14% das observações (nove empresas). Cinco empresas (17,86%) tiveram seus RAs classificados quanto ao ambiente de resposta aos riscos como informação incompleta longa, e duas empresas tiveram seus RAs classificados como informação completa, sendo uma longa e outra média.

Se excluídas as empresas que não apresentam características básicas de resposta aos riscos, 14 empresas (50,00%) apresentam informações classificadas como incompletas para esse ambiente em seus RAs.

6.1.6 Atividade de controle

Como atividades de controle foram identificadas seis características básicas recomendadas pelo Coso: administração funcional direta ou de atividade, processamento da informação, liberação de acessos, revisão de procedimentos, controles físicos e indicadores de desempenho.

As empresas que evidenciam com maior ênfase as informações relativas à avaliação de riscos são: Bradesco, Telemig e Unibanco, com cinco características pesquisadas cada. Com quatro características evidenciadas nos RAs constam as empresas Brasil Telecom, Brasil Telecom Participações, Cemig e Copel. Com três características básicas identificadas, tem-se a concentração de quatro empresas (Aracruz, CSN, Itaú e Perdigão), e, com duas características, sete empresas (Braskem, Embraer, Sabesp, Sadia, Tele Norte, Vale e Vivo).

A Tabela 6 apresenta a síntese da classificação dos RAs, com relação às características informacionais básicas recomendadas para as atividades de controle.

Tabela 6 - Classificação dos RAs quanto à amplitude - atividades de controle

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa	-	-
Informação Completa Média	03	10,71%
Informação Completa Curta	-	-
Informação Incompleta Longa	08	28,58%
Informação Incompleta Média	07	25,00%
Informação Incompleta Curta	01	3,57%
Informação Inexistente	09	32,14%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se na Tabela 6, que a classificação predominante evidenciada no ambiente de atividades de controle estabelecido pelo Coso é a de informação inexistente. Das 28 empresas pesquisadas, nove (32,14%) apresentam essa classificação.

A segunda classificação predominante é de informação incompleta longa. Oito (28,58%) RAs apresentam informações classificadas como incompleta longa. Com relação às demais informações evidenciadas nos RAs, pôde-se classificar sete empresas com RA contendo informação incompleta média, e três empresas contendo RA com informação completa média.

Se excluídas as empresas que não apresentam características informacionais de atividades de controle previstas no Coso, 16 empresas (57,15%) apresentam informações classificadas como incompletas.

6.1.7 Informação e comunicação

No ambiente de informação e comunicação, verificou-se a existência de cinco características básicas estabelecidas pelo Coso: diretivas de informação, unidade responsável pela

informação, diretivas de comunicação, unidade responsável pela divulgação e informações divulgadas.

Com relação ao ambiente de informação e comunicação, nenhuma empresa evidenciou em seus RAs todas as características pesquisadas. As empresas que evidenciam com maior ênfase as informações relativas ao ambiente de informação e comunicação são: Brasil Telecom e Brasil Telecom Participações, com quatro das cinco características pesquisadas. Outra empresa com um grau de evidenciação representativo é a Telemig, com três das características pesquisadas.

As demais empresas com características evidenciadas nos RAs encontram-se subdivididas em dois níveis. Com duas das características pesquisadas, têm-se as empresas Bradesco, Cemig, Copel, CSN e Tele Norte. Com uma das características pesquisadas, constam apenas as empresas Aracruz, CPFL, Itaú e Vivo.

A Tabela 7 apresenta a síntese da classificação dos RAs com relação às características básicas de informação e comunicação pesquisadas.

Tabela 7 - Classificação dos RAs quanto à amplitude - informação e comunicação

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa	-	-
Informação Completa Média	-	-
Informação Completa Curta	02	7,14%
Informação Incompleta Longa	01	3,57%
Informação Incompleta Média	05	17,86%
Informação Incompleta Curta	04	14,29%
Informação Inexistente	16	57,14%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, na Tabela 7, que a principal classificação quanto à evidenciação de características de informação e comunicação evidenciadas nos RAs das empresas pesquisadas é de informação inexistente. Das 28 empresas pesquisadas, 16 (57,14%) não apresentam evidenciação de tais características em ambiente de controle.

A segunda classificação predominante das informações para esse ambiente é de informação incompleta média, com 17,86% das observações (cinco empresas). Quatro empresas foram classificadas como empresas com RAs de informações incompletas curtas, e uma como informação incompleta longa quanto à evidenciação da gestão de riscos em ambiente de informação e comunicação. Apenas duas empresas tiveram seus RAs classificados como informação completa curta.

Se excluídas as empresas que não apresentam características informacionais de informação e comunicação em seus RAs, dez, ou seja, 35,71% das empresas pesquisadas, apresentam RAs com informações classificadas como incompletas para esse ambiente do Coso.

6.1.8 Monitoramento

O último ambiente de controle estabelecido pelo Coso é o de monitoramento, que diz respeito às atividades de monitoramento, avaliação e relatos de deficiência da gestão de riscos da organização. Com relação ao monitoramento da gestão de riscos, observaram-se quatro características básicas recomendadas pelo Coso: atividades de monitoramento contínuo, avaliações independentes, relatos de deficiência e unidade responsável pelo monitoramento.

As empresas que evidenciam com maior ênfase as informações relativas ao ambiente de monitoramento da gestão de riscos, com duas das características pesquisadas em cada empresa, são: Brasil Telecom, Brasil Telecom Participações, Bradesco, Cemig, Itaú e Telemig. Com uma das características pesquisadas encontram-se as empresas Aracruz, Copel, CPFL, CSN, Embraer, Gol, Perdigão e TAM.

Não foram identificadas características informacionais do ambiente de monitoramento nos relatórios da administração das empresas Ambev, Braskem, CBD, Gerdau, Sabesp, Sadia, Tele Norte, Telebrás, Telesp, TIM, Unibanco, Vale, Vivo e Votorantin.

A Tabela 8 apresenta a síntese da classificação dos RAs com relação às características informacionais básicas recomendadas para o ambiente de monitoramento.

Tabela 8 - Classificação dos RAs quanto à amplitude - monitoramento

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa	-	-
Informação Completa Média	-	-
Informação Completa Curta	-	-
Informação Incompleta Longa	-	-
Informação Incompleta Média	06	21,43%
Informação Incompleta Curta	08	28,57%
Informação Inexistente	14	50,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se, na Tabela 8, que a principal classificação quanto à evidenciação de características em ambiente de monitoramento refere-se à informação inexistente. Das 28 empresas pesquisadas, 14 (50,00%) não apresentam evidenciação de tais características.

A segunda classificação predominante das informações evidenciadas no ambiente de monitoramento nos RAs é de informação incompleta curta, com 28,57% das observações (oito empresas). As demais empresas em que foram identificadas algumas características informacionais básicas, recomendadas para o ambiente de monitoramento, tiveram seus RAs classificados como informação incompleta média, figurando 21,43% das observações (seis empresas).

Se excluídas as empresas que não apresentam características informacionais do ambiente de monitoramento do Coso, 14 empresas (50,00%) apresentam informações classificadas como incompletas.

6.2 CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO QUANTO À EVIDENCIAÇÃO TOTAL DA GESTÃO DE RISCOS PREVISTOS NO COSO

Neste tópico apresenta-se a classificação final dos RAs das empresas pesquisadas, mediante a classificação

proposta no estudo. Inicialmente, apresentam-se as avaliações estabelecidas por empresa em cada ambiente de controle do Coso, a avaliação geral do RA, resultante da média da avaliação de todos os oito ambientes, e a nova classificação dos RAs.

A Tabela 9 apresenta os resultados evidenciados no estudo proposto, sendo: AI - ambiente interno (ou de controle); DO - definição (ou fixação) de objetivos; IR - identificação de riscos; AR - avaliação de riscos; RR - resposta aos riscos; AC - atividades de controle; IC - informação e comunicação; e, MO - monitoramento.

Tabela 9 - Classificação final dos RAs quanto à amplitude - metodologia do Coso

Empresa	AI %	DO %	IR %	AR %	RR %	AC%	IC %	MO %	Média	Class.
Ambev	0,00	0,00	11,11	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,89	IIC
Aracruz	50,00	25,00	55,56	80,00	50,00	50,00	20,00	25,00	44,44	IIM
Brasil Tel.	75,00	50,00	55,56	40,00	25,00	66,67	80,00	50,00	55,28	IIL
Brasil T/Part	75,00	50,00	55,56	40,00	25,00	66,67	80,00	50,00	55,28	IIL
Bradesco	75,00	50,00	44,44	80,00	50,00	83,33	40,00	50,00	59,10	IIL
Braskem	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	33,33	0,00	0,00	6,67	IIC
CBD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	II
Cemig	75,00	50,00	55,56	60,00	100,00	66,67	40,00	50,00	62,15	IIL
Copel	50,00	50,00	55,56	40,00	75,00	66,67	40,00	25,00	50,28	IIL
CPFL	50,00	25,00	33,33	0,00	0,00	16,67	20,00	25,00	21,25	IIC
CSN	50,00	75,00	33,33	20,00	0,00	50,00	40,00	25,00	36,67	IIM
Embraer	50,00	25,00	66,67	20,00	50,00	33,33	0,00	25,00	33,75	IIM
GOL	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00	6,25	IIC
Gerdau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	II
Itaú	75,00	50,00	55,56	60,00	50,00	50,00	20,00	50,00	51,32	IIL
Perdigão	0,00	25,00	55,56	20,00	25,00	50,00	0,00	25,00	25,07	IIM
Sabesp	25,00	25,00	66,67	40,00	25,00	33,33	0,00	0,00	26,88	IIM
Sadia	0,00	25,00	0,00	0,00	25,00	33,33	0,00	0,00	10,42	IIC
TAM	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00	6,25	IIC
Tele Norte	50,00	50,00	33,33	40,00	50,00	33,33	40,00	0,00	37,08	IIM
Telebrás	0,00	0,00	11,11	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,89	IIC
Telemig	50,00	50,00	77,78	20,00	25,00	83,33	60,00	50,00	52,01	IIL
Telesp	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,50	IIC
TIM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	II
Unibanco	50,00	25,00	44,44	60,00	25,00	83,33	0,00	0,00	35,97	IIM
Vale	0,00	0,00	44,44	40,00	25,00	33,33	0,00	0,00	17,85	IIC
Vivo	0,00	25,00	11,11	60,00	25,00	33,33	20,00	0,00	21,81	IIC
Votorantin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	II

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a avaliação final realizada nos oito ambientes de controle estabelecidos pelo Coso, bem como a reclassificação dos RAs quanto à evidenciação da gestão de riscos previstos no Coso, percebe-se que apenas quatro empresas (Braskem, Gerdau, TIM e Votorantin) não apresentaram informações da gestão de riscos em seus RAs, o que representa 14,29% das empresas pesquisadas.

Com relação às demais empresas pesquisadas, nenhuma obteve a classificação de seus RAs quanto à evidenciação da gestão de riscos como informação completa. Das 24 (85,72%) empresas restantes, todas tiveram seus relatórios classificados como informação incompleta, evidenciando assim parte dos itens recomendados pelo Coso para a gestão de riscos em ambiente de controle.

Com relação aos RAs classificados como informação incompleta longa, destacam-se as empresas Brasil Telecom, Brasil Telecom Participações, Bradesco, Cemig, Copel, Itaú e Telemig. No que se refere às empresas classificadas como informação incompleta média, têm-se as empresas Aracruz, CSN, Embraer, Perdigão, Sabesp, Tele Norte e Unibanco. Já como informação incompleta curta, as empresas Ambev, Braskem, CPFL, GOL, Sadia, TAM, Telebrás, Telesp, Vale e Vivo.

A Tabela 10 apresenta uma síntese da classificação dos RAs, com relação às características informacionais básicas recomendadas pelo Coso nos oito ambientes de controle pesquisados.

Tabela 10 - Classificação final dos RAs quanto a amplitude - metodologia do Coso

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa	0	0,00
Informação Completa Média	0	0,00
Informação Completa Curta	0	0,00
Informação Incompleta Longa	7	25,00
Informação Incompleta Média	7	25,00
Informação Incompleta Curta	10	35,71
Informação Inexistente	4	14,29

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, na Tabela 10, que a classificação final predominante dos RAs pesquisados refere-se à informação incompleta curta. Das 28 empresas pesquisadas, 10 (35,71%) tiveram seus RAs classificados dessa forma. Com relação às demais empresas que apresentaram informações sobre a gestão de riscos em ambientes de controle (14 empresas), sete tiveram seus RAs classificados como informação incompleta média e outras sete como informação incompleta longa, o que representa 25,00% do total de empresas, respectivamente.

Se excluídas as empresas que não apresentam características informacionais de gestão de riscos do Coso, 24 empresas (85,71%) apresentam informações classificadas como incompletas, o que indica que as empresas pesquisadas na sua maioria evidenciam apenas parte dos itens básicos (características) recomendados pelo Coso para a gestão de riscos.

Na Tabela 11 apresentam-se as análises de estatística descritiva referentes aos níveis de evidenciação da gestão de riscos previstos no Coso nos RAs pesquisados.

Tabela 11 - Análise estatística da classificação dos RAs quanto à amplitude - metodologia do Coso

Classificação	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Nº empresas
Informação Completa Longa	-	-	-	-	-	-
Informação Completa Média	-	-	-	-	-	-
Informação Completa Curta	-	-	-	-	-	-
Informação Incompleta Longa	55,06%	55,28%	4,33669826	50,28%	62,15%	7
Informação Incompleta Média	34,27%	35,97%	6,57878236	25,07%	44,44%	7
Informação Incompleta Curta	10,08%	6,46%	7,43718335	2,50%	21,81%	10
Informação Inexistente	-	-	-	-	-	4

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados encontrados demonstram que as médias e medianas estão próximas nas empresas classificadas como informação incompleta longa, o que indica que não há valores extremos que possam impactar as médias. O mesmo não ocorre com as demais empresas classificadas como informação incompleta média e informação incompleta curta.

A maior variação entre a média e a mediana ocorre com as empresas cujos RAs foram classificados como informação incompleta curta. Tal variação indica que a distri-

buição não é simétrica e que há valores extremos que estão afetando as médias dessas empresas. Observa-se ainda que o valor relativo ao desvio padrão nessa classificação é de 7,44 pontos, o que indica a existência de uma variabilidade elevada nos dados, ou seja, não há uma homogeneidade de evidenciação das características básicas da gestão de riscos nas empresas pesquisadas classificadas neste item. Isso ocorre também, mas em menor escala, com os relatórios classificados como informação incompleta média.

7 CONCLUSÃO

Este estudo objetivou analisar os níveis de evidência da gestão de riscos pela metodologia do Coso nos relatórios da administração de empresas brasileiras, classificando-os quanto à amplitude da divulgação das informações pertinentes a gestão de riscos.

Com base na classificação proposta no estudo, 28 empresas foram pesquisadas e somente quatro (14,29%) não apresentaram informações pertinentes à gestão de riscos. Por outro lado, nenhuma empresa obteve a classificação de informação completa em seus relatórios de administração para o período de 2007.

Das empresas que evidenciaram informações sobre a gestão de riscos, apenas sete (25%) obtiveram a classificação de informação incompleta longa, apresentando média superior a 50% das características pesquisadas. Outras sete (25%) empresas tiveram seus RAs classificados como informação incompleta média e dez (35,71%) como informação incompleta curta.

Conclui-se que os níveis de evidência das características básicas recomendadas pelo Coso nos ambientes de controle dos relatórios pesquisados encontram-se em

níveis baixos de evidênciação, ou seja, das 28 empresas pesquisadas, apenas sete empresas (25,00%) apresentam características superiores a 50% dos itens recomendados pelo Coso em seus relatórios da administração.

Os resultados da pesquisa surpreendem, uma vez que se esperava maior nível de evidênciação da gestão de riscos nas empresas pesquisadas. Primeiramente, porque nas empresas brasileiras com ADRs na Nyse a gestão de riscos é obrigatória. Também porque, conforme visto na revisão de literatura, é fundamental às empresas mitigar os riscos dos negócios. No entanto, não se pode afirmar que as empresas não tenham gestão de riscos, pois apenas podem não estar evidenciando seus procedimentos relacionados.

Considerando-se as limitações desta pesquisa, recomenda-se para futuros estudos que sejam investigadas empresas que não possuem ADRs negociados na Nyse e os resultados confrontados. Recomenda-se também que características básicas de gestão de riscos previstos por outros órgãos abordados na plataforma teórica deste estudo sejam pesquisados nos relatórios da administração dessas empresas. Sugere-se ainda que os ambientes de risco recomendados pelo Coso sejam verificados *in loco* nas referidas empresas.

REFERÊNCIAS

ARACRUZ CELULOSE S.A. *Relatório da Administração de 2007*. Disponível em: <http://www.aracruz.com.br/minisites/ra2007/section/pt/informacoes_financeiras/df_2008410101516.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2008.

BERGAMINI JÚNIOR, S. Controles internos como um instrumento de governança corporativa. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 149-188, dez. 2005.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). *Empresas listadas*. 2008. Disponível em: <www.bovespa.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2008.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404compilada.htm>>. Acesso em: 10 out. 2008.

_____. *Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. 2007. Disponível em: <<http://www.cnb.org.br/html/legisla.html>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. *Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009*. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição [...] e dá outras providências. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 10 jan. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *Pronunciamento conceitual básico (R1) estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro*. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (Coso). *Internal control: integrated framework*. New York: AICPA, 1992.

_____. *Enterprise risk management: integrated framework*. New York: AICPA, 2004.

FREITAS, H. M. R.; CUNHA JÚNIOR, M. V. M.; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 97-109, jul./set. 1997.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Guia de orientação para o gerenciamento de riscos corporativos*. São Paulo: IBGC, 2007.

JORION, P. *Value at risk*. Nova York: Wiley, 1997.

MAIA, M.S. et al. Contribuição do sistema de controle interno para a excelência corporativa. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 54-70, jan./abr. 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOELLER, R. R. *COSO enterprise risk management: understanding the new integrated ERM framework*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2007.

NEW YORK STOCK EXCHANGE (NYSE). *Market trac*. 2008. Disponível em: <http://www.nyse.com/about/listed/lc_all_region_4.html?ListedComp=All&country=7&start=1&startlist=1&item=1&prev=clicked&firsttime=default=1>. Acesso em: 19 set. 2008.

PAXSON, D.; WOOD, D. *The blackwell encyclopedic dictionary of finance*. Oxford: Blackwell, 1998.

PORTER, M. E. *Estratégia competitiva: técnica para análise de indústria e da concorrência*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCHA, P. C.; BELCHIOR, A. D. Mapeamento do gerenciamento de riscos no PMBOK, CMMI-SW e RUP. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE MELHORIA DE PROCESSOS DE SOFTWARE, 6., 2003, São Paulo. *Anais...* São Paulo: SIMPROS, 2004.

SANTOS, C.; VASCONCELOS, A.; TRIBOLET, J. *Da framework CEO à auditoria de sistemas de informação*. 2007. Disponível em: <<http://www.inesc-id.pt/pt/indicadores/Ficheiros/2114.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

SILVA, A. M. B. A gestão de risco. *Revista Auditoria Interna*, Lisboa, ano 6, n. 21, p. 8-12, jul./ago. 2005.

SOUZA, M. M. et al. Evidenciação das exigências da Lei Sarbanes Oxley nas empresas brasileiras que negociam ADRs nos Estados Unidos. *Revista de Informação Contábil*, Blumenau, v. 5, n. 3, p. 98-117, jul./set. 2011.

SPIRA, L. F.; PAGE, M. Risk management: the reinvention of internal control and the changing role of internal audit. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Bradford, v. 16, n. 4, p. 640-661, 2003.

ZENO, J. M. C. *Risco legal: uma introdução ao seu gerenciamento no atual cenário corporativo*. 2007. 76f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia e Finanças IBMEC, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Rio de Janeiro, 2007.

Recebido em: 20/09/2011

Aceito em: 12/01/2012